

A EXPANSÃO DOS BRICS EM MEIO DESORDEM GLOBAL: OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A INSERÇÃO INTERNACIONAL AUTÔNOMA DO BRASIL

The expansion of BRICS amid global disorder: new challenges for Brazilian foreign policy and Brazil's autonomous international insertion

Marcello de Souza Freitas¹

¹ Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (UniLaSalle). Niterói, RJ, Brasil. **E-mail:** marcello_soufrei@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5424-5482>

Recebido em: 05 abr. 2024 | Aceito em: 18 set. 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

A ascensão dos BRICS como bloco econômico e político no cenário global tem sido um desenvolvimento significativo no século XXI. Contudo, o grupo enfrenta desafios internos, como assimetrias econômicas e políticas, e externos, impulsionados por crises globais e tensões geopolíticas. A crescente influência da China dentro do grupo e sua postura mais assertiva têm ampliado as preocupações sobre o equilíbrio de poder nos BRICS, com impactos potenciais para a autonomia e os interesses do Brasil. Este artigo analisa como essas dinâmicas afetam a posição do Brasil dentro dos BRICS e suas relações internacionais, especialmente considerando a recente expansão do grupo. Com base em uma abordagem crítica e multidisciplinar, o estudo examina as opções disponíveis para a política externa brasileira, visando maximizar os benefícios da participação nos BRICS e mitigar os desafios impostos pela crescente desordem global. A análise considera as implicações das tensões entre as potências ocidentais e o eixo China-Rússia para a inserção internacional autônoma do Brasil e sua segurança.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. BRICS. Desordem Mundial.

ABSTRACT

The rise of the BRICS as an economic and political bloc in the global arena has been a significant development in the 21st century. However, the group faces internal challenges, such as economic and political asymmetries, and external pressures driven by global crises and geopolitical tensions. China's growing influence within the group and its more assertive stance have raised concerns about the power balance in BRICS, with potential impacts on Brazil's autonomy and interests. This article analyzes how these dynamics affect Brazil's position within BRICS and its international relations, especially in light of the group's recent expansion. Through a critical and multidisciplinary approach, the study examines the options available for Brazilian foreign policy to maximize the benefits of BRICS participation while addressing the challenges posed by increasing global disorder. The analysis considers the implications of tensions between Western powers and the China-Russia axis for Brazil's autonomous international insertion and security.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. BRICS. Global Disorder.

INTRODUÇÃO

A ascensão dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como um bloco econômico e político significativo no cenário global tem sido um dos desenvolvimentos mais notáveis do século XXI. Desde a consolidação da formação dessa parceria estratégica multilateral em 2009, o bloco tem exercido um impacto substancial no cenário internacional, impulsionado por seu considerável peso econômico, territorial e demográfico, o que confere uma grande influência geopolítica e econômica ao grupo. Combinados, esses países representam uma parcela significativa do PIB global e da população mundial, o que vem conferindo ao grupo um importante peso nas negociações econômicas e políticas globais. Portanto, os BRICS vêm se afirmando como

uma poderosa plataforma para a articulação de demandas do Sul Global; o que confere ao grupo o potencial de desafiar a ordem global estabelecida e, conseqüentemente, redefinir as relações de poder no sistema internacional. (Stuenkel, 2015)

Contudo, a trajetória dos BRICS não tem sido linear. Desde sua formação, o grupo enfrenta desafios internos consideráveis, marcados pelas profundas assimetrias econômicas, políticas e culturais entre seus membros. Essas diferenças resultam em dificuldades significativas na definição de uma agenda comum e na coordenação política eficaz, dado que cada país possui prioridades distintas, as quais podem variar entre desejos de uma maior integração à econômica global e a busca por uma maior autonomia estratégica e militar frente às crescentes ameaças de uma ordem global em transição. (Bandeira, 2016) Além disso, as abordagens divergentes em relação a questões de governança global, como comércio internacional e mudanças climáticas, refletem os interesses nacionais muitas vezes conflitantes dentro do grupo. Como apontam Oliver Stuenkel (Stuenkel, 2015) e Leslie Armijo (Armijo, 2007), essas tensões internas podem limitar a capacidade dos BRICS de agir como um bloco coeso, minando sua eficácia e potencial para influenciar de forma substancial a ordem global, e colocando em risco sua pretensão de atuar como um contrapeso à hegemonia ocidental.

Um outro fator relevante a considerar é a vertiginosa ascensão econômica e política da China; que, naturalmente, leva a potência asiática a desempenhar um papel não apenas central, mas, muitas vezes, dominante dentro dos BRICS. Seu desproporcional peso econômico, responsável por uma grande parte do PIB total do grupo, confere ao país uma influência significativa nas diretrizes e decisões do bloco. Essa predominância chinesa levanta preocupações sobre o equilíbrio de poder dentro do bloco, principalmente no que diz respeito à capacidade dos outros membros dos BRICS fazer valer seus interesses e a possibilidade dos BRICS se transformar em uma plataforma de projeção internacional exclusiva da China. Gregory Chin argumenta que a crescente preponderância chinesa dentro do grupo aponta para o dilema entre conciliar os interesses divergentes dos membros e evitar que a agenda dos BRICS seja dominada pela China. (Chin 2014) Nesse cenário, um dos grandes desafios para os BRICS passa a ser não apenas manter a sua coesão interna, mas evitar que o grande peso e influência chinesa faça seus interesses prevaleçam, em detrimento dos objetivos originais do grupo como um mecanismo de cooperação multilateral do Sul Global.

Por outro lado, os BRICS também enfrentam grandes desafios externos. Esses desafios, decorrentes de um cenário de grande instabilidade internacional – que Moniz Bandeira caracterizou como “desordem mundial” (Bandeira, 2016) –, vêm sendo impulsionado por sucessivas crises políticas, econômicas, sanitárias e de segurança. Essas crises representam importantes fatores de desestabilização e inviabilização de muitos projetos de desenvolvimento do Sul Global; o que tende a impactar a coesão interna do grupo ao acirrar as assimetrias e possíveis divergências de interesses entre seus membros. Nesse sentido, é notável o impacto econômico e político causado pelo fim do boom das commodities a partir de 2011; crise sanitária global causada pela pandemia de COVID-19; e crescente tensão econômica, política e militar entre

os eixos E.U.A.-E.U. e Rússia-China, que vêm acirrando as disputas e choques geopolíticos entre os dois blocos de poder – como se evidencia na recente guerra entre a Rússia e a Ucrânia². Esse complexo, conturbado e conflituoso contexto global representa um grande desafio à consolidação do projeto dos BRICS e seu potencial de se configurar como um vetor de uma nova ordem multipolar, na medida em que põe em xeque a estabilidade e segurança de seus países-membros. (Allison, 2017; Garcia, 2023)

Aqui, é também importante considerar que, apesar dos membros dos BRICS terem sempre buscado, desde a fundação do bloco (por volta de 2006), evitar caracterizar o grupo como uma coalização entre potências emergentes do Sul Global em contraposição à hegemonia econômica e política das potências ocidentais (principalmente dos Estados Unidos) – sempre reforçando o papel do grupo como sendo um fórum de cooperação exclusivamente econômica e em prol do desenvolvimento –, o grande peso internacional dos BRICS (que tem como membros potências como Rússia e, principalmente, China) inevitavelmente conferiu ao grupo um perfil anti-hegemônico³. Esses fatores sempre despertaram nas potências ocidentais desconfianças e o consequente desejo de conter sua expansão; o que se configura como uma constante ameaça ao grupo e seus membros. (Garcia, 2023; Stuenkel, 2015)

Nos últimos anos, esse perfil do bloco vem sendo reforçado, por um lado, pela nova postura internacional da China, que vem abandonando a antiga estratégia de ascensão pacífica e passa a assumir um perfil mais combativo e desafiante, em meio às crescentes pressões das potências ocidentais contra a ampliação de seu poder econômico e político. (Wong, 2023) Essa nova postura se traduz, por exemplo, na maior assertividade da China na defesa de Taiwan e na consolidação de uma ampla parceria estratégica com a Rússia, que ambos os governos classificaram como “inabalável” e “sem precedentes”. (Ansa, 2022) Por outro, na recente expansão dos BRICS, que, a partir de 2024, passou a incluir como membros: Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos. Essa expansão não apenas amplia o peso econômico e geopolítico dos BRICS, por incorporar países que são lideranças regionais e que detêm a maior parcela da produção global de petróleo; mas também seu perfil anti-hegemônico, na medida em que passa a incluir países como o Irã, que além de ser um aliado militar da Rússia, também mantém uma postura desafiadora à política norte-americana no Oriente Médio. Essa nova característica e etapa da evolução dos BRICS pode visando conter qualquer ameaça a sua hegemonia global. (Bandeira, 2016; Jabbour *et al.*, 2021)

Portanto, o objetivo desse artigo é refletir como o impacto desses fatores sobre as novas dinâmicas dos BRICS pode afetar a posição e autonomia do Brasil, membro fundador do grupo, e que alternativas teria o país para garantir seus interesses no sistema internacional. Nesse sentido,

² Apesar da guerra Rússia-Ucrânia ter um perfil regional, também tem um caráter de “guerra por procuração”, que se insere num contexto mais amplo de acirramento das investidas do eixo EUA-UE contra a ascensão do eixo China-Rússia.

³ Aqui, utilizo o termo “anti-hegemônico” com base nas concepções de Antonio Gramsci, Robert Cox e Immanuel Wallerstein sobre contra-hegemonia. Essas concepções referem-se às reações e resistências de grupos e países periféricos frente às estruturas de poder hegemônicas, buscando desafiar e reconfigurar a ordem estabelecida.

busca-se refletir se tais fatores altera o projeto dos BRICS de funcionar como uma plataforma conjunta de projeção internacional dos países emergentes do Sul Global que o formaram; ou vem tornando o grupo uma plataforma para a afirmação e projeção do crescente poder da China. Essa análise é fundamental para refletir até que ponto os BRICS permanecem como um vetor de impulsionamento do desenvolvimento brasileiro ou da ampliação de sua dependência em relação à China. Além disso, e em face da recente expansão do grupo, busca-se ainda debater os impactos das possíveis reações das potências ocidentais contra um perfil mais combativo e anti-hegemônico dos BRICS para os interesses e papel internacional do Brasil. O ponto é analisar como as possíveis instabilidades e tensões no sistema internacional geradas por essas reações podem não apenas fragilizar as relações do Brasil com os países do “Norte” – que é um eixo importante, tradicional e inescapável da política externa brasileira -; mas tornar o Brasil um alvo de retaliações – na medida em que o Brasil se encontra na zona de influência direta dos Estados Unidos e históricas fragilidades estruturais que limitam a sua capacidade de garantir sua própria segurança. Finalmente, busca-se refletir sobre as opções abertas à política externa brasileira para melhor aproveitar os benefícios proporcionados pela participação nos BRICS; e, ao mesmo tempo, contornar os desafios impostos pela “desordem mundial” gerada pelas crescentes tensões entre as potências ocidentais e o eixo China-Rússia em prol dos interesses brasileiros.

Este artigo adota uma abordagem crítica e qualitativa para analisar os temas apresentados, empregando uma metodologia multidisciplinar que integra conceitos do realismo estrutural, da economia política internacional e da história da política externa brasileira. A análise busca compreender o papel do Brasil dentro dos BRICS em um contexto de crescente instabilidade global e transição de poder. Ao combinar essas perspectivas teóricas, o estudo pretende explorar como a política externa brasileira reage às dinâmicas internas do bloco e às tensões geopolíticas e econômicas do cenário internacional contemporâneo, avaliando as implicações dessas reações para a posição do Brasil no sistema internacional.

EVOLUÇÃO DOS BRICS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

A concepção do que hoje conhecemos como BRICS teve uma curiosa inspiração no termo “BRIC”, sem o s, cunhado em 2001 por Jim O'Neill, economista-chefe do Goldman Sachs, como um recurso de marketing para chamar a atenção do mundo dos negócios para o vertiginoso crescimento econômico que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul vinham alcançando na virada para o novo milênio – após um período de graves crises econômicas e, conseqüente, crescente descrença no modelo neoliberal. Na verdade, se, por um lado, a iniciativa de O'Neil tinha a intenção de apontar para investidores que a crescente força econômica dos mercados desses países abriam grandes oportunidades de negócios, por outro, captou a quanto a fenomenal ascensão dessas potências emergentes tinha o potencial de remodelar o cenário econômico e político globais. (O'Neill, 2001)

Mais especificamente, O'Neil previu que o constante crescimento dessas economias emergentes levaria o PIB combinado desses países a superar o PIB dos países do G7 até 2050; o

que representaria uma profunda reversão da ordem econômica estruturada pelas grandes potências ocidentais. Mais ainda, que esses países, que compartilhavam características semelhantes - como: grande população, extensão territorial, recursos naturais abundantes e crescimento econômico robusto – também compartilhavam interesses e visões de mundo convergentes; o que eventualmente levaria esses países a se unir e cooperar, em prol da consolidação de uma ordem internacional efetivamente multipolar. Portanto, apesar de voltada para o mercado financeiro, a análise de Jim O'Neill acabou por prever como a força do Sul Global redefiniria as relações internacionais do século XXI através da formação de um bloco contra hegemônico conhecido como BRICS.(O'Neill, 2001)

O fato é que a despreziosa criação do acrônimo BRIC pelo representante do Goldman Sachs funcionou como um catalisador do processo de aproximação que já vinha ocorrendo entre esses países, nos marcos do reforço das relações Sul-Sul e unificação da resistência dos países em desenvolvimento às imposições das potências ocidentais dentro de organismos internacionais como a ONU e a OMC. Esse tipo de ação unificada do Sul Global acabou reforçando as articulações entre China, Brasil, Índia e África do Sul e levando a criação de fóruns multilaterais amplos como o G20 e mais pontuais como o Grupo IBAS. Formado em 2003, esse grupo que uniu Brasil, Índia e África do Sul funcionou como uma verdadeira plataforma inicial para a formação do que viria a ser o Fórum BRICS. (Foot *et al.*, 2009; Pimentel, 2013)

Nesse processo, o Brasil teve um papel fundamental, tanto na articulação para a criação do Grupo IBAS, em 2003, como no processo de fusão entre os grupos IBAS e RIC (formado por Rússia, Índia e China). Segundo relato do Ministro Celso Amorim, Rússia e China vinham demonstrando grande interesse em se aproximar do Grupo IBAS por volta de 2006, interessado no peso econômico, político e simbólico representado pelas uniões das três maiores democracias emergentes do Sul Global. Esse interesse levou o chanceler russo Sergei Lavrov a iniciar um diálogo com Celso Amorim visando transformar a previsão de O'Neil numa realidade; consolidando a convergência de interesses de ambos os países em criar um fórum de diálogo e articulação política Brasil, Rússia, Índia e China. Naquele mesmo ano, representantes dos quatro países fizeram um primeiro encontro informal em Nova York, em meio as reuniões da ONU, para debater formas de promover um maior equilíbrio no sistema internacional em prol dos países em desenvolvimento e tratar dos passos para a criação de tal fórum. Esse processo teve continuidade em 2007, quando os representantes desses países se reuniram informalmente no Brasil para, mais uma vez, expressarem seu desejo de criar uma plataforma conjunta de coordenação política e cooperação econômica. (YouTube: TV 247, 2019)

Após subsequentes debates e reuniões preparatórias, foi organizada em 2009, na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, a primeira cúpula formal dos BRICS. Nessa ocasião, os líderes dos quatro países reuniram para discutir formas de consolidar essa parceria estratégica multilateral, que abrangia diferentes setores como comércio, investimentos e segurança global, e estabelecer um mecanismo regular de consultas e cooperação entre Brasil, Rússia, Índia e China. Esse processo teve continuidade em 2010, quando foi organizada uma nova cúpula presidencial no Brasil. A

novidade foi que esta nova reunião visava, além do aprofundamento do diálogo iniciado na Rússia, iniciar a expansão do projeto inicial do BRIC para BRICS, por meio da incorporação da África do Sul ao bloco.⁴ Esse passo final foi consolidado em 2011 na terceira cúpula dos BRICS, realizada em Sanya, na China, quando a África do Sul oficialmente integrada ao bloco. Com isso, é consolidada a criação dos BRICS, que surge como um arranjo cooperativo entre importantes potências emergentes do Sul Global, com grande amplitude geográfica e representatividade regional. (Pimentel, 2013)

Apesar de buscar não se apresentar como um bloco anti-hegemônico, e sim como um fórum de debates entre economias emergentes com interesses e demandas convergentes, o surgimento dos BRICS naturalmente representava um contraponto à hegemonia econômica e política das potências ocidentais, na medida em que reunia numa ampla parceria estratégica multilateral potências emergentes-chave do Sul Global, que, juntas representavam, em 2010, mais de 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional. (“Conheça os BRICS” 2014; “História do BRICS” 2023) Essas características apontam para um novo ator político que passa a exercer grande peso na cena internacional, com capacidade de gerar uma reconfiguração da ordem global, na medida em que os BRICS passam a representar como um novo polo de poder, a partir do Sul Global, que serve de alternativa que os países saiam da sua dependência comercial, financeira e, claro, política em relação à estrutura de poder geopolítica e econômica do “Norte”.

Portanto, mesmo que, desde sua formação, os membros do BRICS não tenham explicitamente buscado apresentar o grupo como uma coalizão contra-hegemônica⁵ (nos termos de Robert Cox) de potências emergentes do Sul Global (Cox 1983) — preferindo declará-lo como um fórum de cooperação econômica voltado para o desenvolvimento —, não há como negar que o peso econômico, político, territorial e demográfico do grupo, somado ao grande impacto simbólico de reunir numa mesma parceria estratégica multilateral países-chave para a construção de uma nova ordem internacional, como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, conferiu-lhe desde o início um perfil de bloco anti-hegemônico. (Stuenkel, 2015; Pimentel, 2013) Este perfil se deve ao potencial intrínseco do BRICS de desafiar a hegemonia econômica e política das potências ocidentais e contribuir para a redefinição da ordem global vigente. Dessa forma, a natureza do BRICS, mesmo que não explicitamente anti-hegemônica, inevitavelmente carrega consigo a possibilidade de uma reordenação substancial das relações de poder no cenário internacional, especialmente considerando o crescente papel econômico e político da China e da Índia para a formação de uma nova ordem global multipolar; como apontam teóricos como Fareed Zakaria em "The Post-American World". (Zakaria, 2008)

⁴ Celso Amorim relata que, na cúpula de 2010 no Brasil, o grupo passou a ser conhecido como BRICS, com a entrada oficial da África do Sul. Ele destaca que, na ocasião, houve uma reunião conjunta dos BRICS e do Grupo IBAS, mostrando a intenção de criar um grupo maior de países emergentes, o que abriu caminho para a fusão do Fórum IBAS com os BRICS.

⁵ Aqui, me refiro mais especificamente ao termo “contra-hegemônico” de Robert Cox, que se refere às coalizões de países emergentes tem o potencial de reconfigurar as estruturas de poder globais, criando um contrapeso ao domínio das potências tradicionais e abrindo espaço para um mundo multipolar

Um importante exemplo dessa postura desafiante dos BRICS foi a criação de seu Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), em 2014. Essa foi uma iniciativa ousada, criada para reformar a arquitetura financeira internacional, visando criar novas opções de investimento e financiamento de projetos de longo prazo nas de desenvolvimento socioeconômico para países periféricos e em desenvolvimento. (de Carvalho, Silva, e Dias, 2020) Portanto, o NBD é uma iniciativa fundamental para uma maior inserção das economias em desenvolvimento no cenário internacional; que rivaliza com o sistema Bretton Woods e, principalmente, a hegemonia do dólar. (Carneiro, 2014; Lopes, 2019)

Portanto, desde a formação dos BRICS, os países-membros do bloco vêm aprofundando seus laços econômicos e diplomáticos e ampliando a força política do grupo no cenário global. Segundo dados da *Boston Consulting Group* houve um considerável aumento do comércio entre esses países desde a criação do grupo. O relatório do BSC, a participação do comércio global de bens transacionados entre os membros atuais dos BRICS mais que dobrou, chegando a 40% de 2002 a 2022. Além disso, o relatório também mostra que, em 2023, o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD) capitalizado em \$100 bilhões, disponibilizados para projetos de infraestrutura e financiamento ao desenvolvimento - os quais, em muito, tem favorecido a iniciativa *Belt & Road* da China. Além disso, o NBD vem, de fato, concretizado o projeto de autonomia do sistema monetário internacional liderado pelo Ocidente, disponibilizando substanciais linhas de empréstimos para seus membros (em sua maioria em yuan chinês), promovendo moedas digitais e lançando a versão beta de um aplicativo de pagamento chamado *BRICSpay*. (Azevedo *et al.*, 2024)

No campo diplomático, os BRICS realizam cúpulas anuais e reuniões ministeriais regulares, onde discutem e coordenam políticas em áreas como segurança, saúde, educação e tecnologia. Essas reuniões resultam em declarações conjuntas e planos de ação que guiam uma ação coordenada e unificada desses países nesses campos. (Klomegah, 2024) Além disso, os membros dos BRICS vêm adotando posições conjuntas em fóruns internacionais, defendendo a reforma das instituições de governança global, como a OMC, ONU, FMI, Banco Mundial, visando aumentar a representatividade dos países em desenvolvimento nessas instituições e fortalecer o multilateralismo. (Chatterjee e Naka, 2022) Segundo o *Council on Foreign Relations*, com o passar dos anos, o calendário diplomático dos BRICS vem se expandindo, evoluindo dos primeiros encontros de cúpula e reuniões de ministros das Relações Exteriores para incluir diversas reuniões com:

Ministros das Finanças e governadores de bancos centrais, conselheiros de segurança nacional, ministros de ciência e tecnologia, ministros da agricultura, ministros do meio ambiente, autoridades de resposta a desastres, ministros da saúde, ministros do trabalho, um Conselho Empresarial, um Conselho de Think Tanks, um Fórum Parlamentar, um Festival de Cultura e um "Fórum de Cooperação de Cidades Amigas e Governos Locais". (Ayres, 2017)

Contudo, essa trajetória positiva não tem sido trilhada sem o enfrentamento de significativos desafios para uma maior coesão e eficácia como grupo. Não há como negar que há

profundas assimetrias entre os membros do grupo; principalmente quando se leva em consideração o desproporcional peso econômico da China e político da Rússia – o que impede a classificação exata dessas duas potências nucleares e membras permanentes do Conselho de Segurança da ONU como países emergentes. Essa desproporção vem gerando, ao longo dos anos, importantes divergências políticas, econômicas e estratégicas entre os membros dos BRICS, que são ainda mais reforçadas quando somadas às disputas e tensões geopolíticas intragrupo – como no caso da China com a Índia. Além disso, disputas comerciais, tensões geopolíticas globais, instabilidades econômicas, crises intrablocos, assimetrias, dinâmicas regionais e mesmo crises de saúde (como a pandemia do COVID-19) podem afetar indiretamente a cooperação entre os membros do BRICS, em face das assimetrias e fragilidades institucionais do bloco. Esses cenários adversos têm colocado pressão sobre os BRICS, na medida em que tendem a levar cada país a buscar proteger seus próprios interesses nacionais diante dessas situações; o que representa um grande desafio a capacidade do bloco de manter uma agenda comum e responder de forma coordenada às novas dinâmicas globais. (Barros, 2023; Gonzalez de Souza *et al.*, 2023; Sá, 2021)

Em 2023, um dos últimos e mais importantes desdobramentos dos BRICS foi a inclusão de Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos como novos membros. (Gonzalez de Souza *et al.*, 2023; Prazeres, 2023) Essa importante expansão do bloco tem o potencial de complexificar ainda mais suas potencialidades, mas também seus desafios, na medida em que essa nova configuração conferiu aos BRICS um maior peso econômico,⁶ amplitude territorial, volume populacional, diversidade regional,⁷ poder simbólico e peso internacional – com essa expansão, os BRICS passam a englobar 36% do PIB global e 46% da população mundial. (Soares, 2023) Esses fatores tendem a reforçar o papel do BRICS como um poderoso bloco econômico e geopolítico, principalmente no que diz respeito ao seu papel como vetor da cooperação Sul-Sul. Portanto, essa nova etapa da evolução dos BRICS não apenas consolida o poder simbólico do bloco como uma alternativa do Sul Global à hegemonia global das potências ocidentais, como aumenta o poder de influência e barganha dos países em desenvolvimento nos principais fóruns internacionais. o que representa um importante passo para a reconfiguração das relações de poder global e o estabelecimento de um mundo verdadeiramente multipolar. (Busch, 2023)

DESAFIOS DOS BRICS

É importante ressaltar que esse processo de expansão e reforço do peso internacional dos BRICS também vem acompanhado de grandes desafios. Um deles é a própria dificuldade de manutenção da coesão interna do bloco. Um problema, em grande medida, decorrente do desafio de coordenar os interesses, numa mesma parceria estratégica, de países com diferentes perfis

⁶ O Egito, com um PIB de cerca de US\$ 303 bilhões em 2020, é uma economia emergente na África. A Etiópia também está em ascensão, com um PIB de aproximadamente US\$ 95 bilhões no mesmo ano. O Irã, impulsionado pelo setor de energia e petróleo, teve um PIB de cerca de US\$ 625 bilhões. A Arábia Saudita, uma potência econômica do Oriente Médio, alcançou um PIB de US\$ 793 bilhões, enquanto os Emirados Árabes Unidos, com sua economia diversificada, tiveram um PIB de aproximadamente US\$ 421 bilhões em 2020.

⁷ Passando a abarcar a Europa Oriental, Ásia, Oriente Médio, África e América do Sul.

políticos, econômicos, sociais e culturais; inseridos em diferentes dinâmicas regionais; e que exercem pesos diferentes no sistema internacional. O desafio de contornar essas questões é um fator decisivo para um funcionamento mais harmônico dos BRICS e desenvolvimento de um processo de expansão de seus membros que não amplie as assimetrias internas e fragilidades institucionais do bloco.

Por exemplo, desde sua fundação, sempre foi difícil harmonizar dentro dos BRICS a participação de países tão diferentes como Brasil, África do Sul e Índia, de um lado, e Rússia e China do outro. Principalmente porque a China é uma potência nuclear, membro do Conselho de Segurança da ONU, com um inigualável poder econômico e influência política internacional. Assim como a Rússia também é uma potência nuclear, membro do Conselho de Segurança e que possuiu uma das maiores forças militares do planeta. Atualmente, ambos os países constituíram uma ampla parceria estratégica; que, inclusive, se expande ao campo militar. A Índia, por sua vez, é uma potência média que não tem o mesmo peso internacional que China e Rússia; mas se destaca por seu grande potencial econômico, tecnológicos. Um fato curioso é que a Índia ainda mantém disputas políticas e territoriais com a China; o que representa um importante fator de divergência política e, muitas vezes, militar, entre dois membros-chave dos BRICS. (BBC, 2020) Em outro patamar encontram-se potências regionais como Brasil e África do Sul, que, apesar de sua importância política, econômica e simbólica tendem a ocupar um papel cada vez mais secundário nas dinâmicas do grupo. Esses fatores representam grandes desafios a capacidade do bloco de manter uma agenda comum e responder de forma coordenada às novas dinâmicas globais. (Bandeira, 2016; Gonzalez de Souza *et al.*, 2023; Pimentel, 2013)

Vale ainda destacar que o desproporcional peso político e, principalmente, econômico da China dentro dos BRICS é um fator de aprofundamento de suas assimetrias internas. Apesar da China ser um poderoso motor do desenvolvimento dos BRICS, seu desproporcional peso dentro do grupo tende a levar seus outros membros a gravitar em torno da órbita de influência chinesa, passando a atrelar o seu desenvolvimento à expansão do poder chinês; gerando, com isso, novas relações de dependência desses países em relação à China. Além do fato, como comentado acima, de que muitos dos projetos do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD) tem desproporcionalmente beneficiado à China, na medida em que maior parte dos seus empréstimos tem sido feito em yuan e de seus fundos voltados para a viabilização da iniciativa Belt & Road da China. Segundo a análise do BSC, o crescimento do intercâmbio comercial entre os membros do grupo tem também levado a um desproporcional crescimento do papel da China como principal fornecedora de bens industriais e de consumo dentro do bloco. (Azevedo *et al.*, 2024; Garcia-Herrero, 2024) Não por acaso, atualmente a China é o principal parceiro econômico do Brasil, se configurando como o principal mercado para a soja e o minério de ferro brasileiros, além de ser o maior investidor externo direto no país. (Lara, 2019; Nascimento, 2021) Portanto, esses fatores apontam para os riscos do desproporcional peso econômico da China nos BRICS levar a um desproporcional aumento da influência chinesa dentro do bloco; o que levaria a ainda maiores desequilíbrios nas relações de poder e decisões políticas do grupo.

Portanto, apesar dos BRICS de fato promover importantes ganhos políticos e econômicos para todos os seus membros e representar um poderoso vetor de articulação do Sul Global, não há como negar que os BRICS tendem a funcionar como uma plataforma de afirmação do poder global da China. Consequentemente, o agravamento das dinâmicas descritas acima tenderá a aprofundar as distorções internas do grupo, na medida em que o desproporcional peso e influência da China nos BRICS pode levar os seus mecanismos de funcionamento e cooperação a operar ainda mais em confluência com os interesses chineses do que com os dos outros países-membros do grupo. Essa possibilidade pode comprometer os projetos de desenvolvimento de países com menos recursos de poder material, como é o caso da África do Sul e do Brasil; o que representa um grande desafio não apenas para a manutenção de um funcionamento mais eficiente e harmonioso do grupo, mas para os próprios interesses brasileiros. (Pimentel, 2013)

Por outro lado, apesar da recente ampliação dos membros dos BRICS, consolidada em 2024, indubitavelmente reforçar o peso internacional do bloco, ela também representa um grande desafio para a coesão interna do grupo. Não há dúvida de que a incorporação do Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos como novos membros representa um crucial avanço no desenvolvimento do projeto dos BRICS; pois, ao expandir a sua amplitude regional, política, econômica e cultural, reforça o papel do bloco como um vetor da projeção do Sul Global e redefinição da ordem internacional vigente. Contudo, a incorporação de países com características tão diversas e papéis regionais diferente (muitas vezes, inclusive, conflitantes) tende a também reforçar as assimetrias, contradições e divergências internas do bloco. Esse fato reforça o desafio dos países-membros dos BRICS de eficientemente adaptar os mecanismos de tomada de decisão e cooperação do grupo a essa nova realidade. (Gonzalez de Souza *et al.*, 2023)

De fato, a devida acomodação de tais países aos BRICS é um fator-chave; pois, ao passo que eles reforçam o peso econômico e geopolítico do bloco, também tendem a reforçar as rivalidades e disputas intrabloco. A incorporação desses países insere o bloco em questões geopolíticas e disputas regionais complexas. Além do fato de que a importância econômica, energética, geopolítica e militar desses países os tornam peças-chave para estabilidade da ordem global – especialmente quando se leva em conta o papel estratégico de Arábia Saudita, Emirados Árabes e Irã como grandes produtores de petróleo. Esses fatores geopolíticos tendem a dificultar ainda mais a coordenação intrabloco ao deixar o grupo ainda mais vulnerável a eventuais instabilidades políticas e crises econômicas internacionais. (Bandeira, 2016; Pecequillo, 2023; Gonzalez de Souza *et al.*, 2023)

Por exemplo, a Arábia Saudita tem um papel determinante tanto para a economia global, por seu papel como grande produtora de petróleo; como para a dinâmica geopolítica do Oriente Médio, como potência militar regional – que muitas vezes se alia à Israel e Estados Unidos. O Irã também é uma peça-chave no tabuleiro internacional, por seu papel como grande produtor de petróleo e rival dos interesses das potências ocidentais no Oriente Médio. Além do fato do Irã ser forte aliado político e militar da Rússia e tradicional rival da Arábia Saudita na região. (Bandeira, 2016) Esses fatos demonstram o quanto a expansão dos BRICS está inserida num complexo e

arriscado jogo geopolítico; em que as pressões das potências ocidentais contra o grupo tendem a aumentar, em função do reforço de seu papel estratégico no sistema internacional e perfil anti-hegemônico – impulsionado, principalmente, pelas posturas desafiadoras de Rússia, China e Irã. (Gonzalez de Souza *et al.*, 2023)

Esse cenário é agravado quando se leva em conta o atual contexto internacional, em que se acirram as disputas internacionais e a indisposição das potências ocidentais em relação a ascensão da China. Esse é principalmente o caso dos Estados Unidos, que, cada vez mais, vê sua hegemonia global ameaçada pela alta competitividade da China e que, por conta disso, vem se tornando mais assertivo em seu combate contra a ascensão chinesa. Conseqüentemente, o acirramento das disputas entre essas potências tende a reforçar o perfil anti-hegemônico dos BRICS, na medida em que se ampliam as pressões externas das potências ocidentais contra a expansão e avanço dos BRICS. (Bandeira, 2016; Jabbour *et al.*, 2021)

Esse conturbado cenário empurra o Brasil para um complexo dilema: garantir seus interesses dentro dos BRICS e, ao mesmo tempo, garantir sua segurança e boas relações com os países do “Norte”; que é um eixo importante, tradicional e inescapável da política externa brasileira. O sucesso da diplomacia brasileira nesse complexo jogo dependerá de sua habilidade de eficientemente conduzir o Brasil pelos desafios e oportunidades apresentados por este tenso cenário internacional.

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA ASCENSÃO DA CHINA

A ascensão da China como superpotência global tem sido um dos eventos geopolíticos mais significativos do século XXI, com profundas implicações para os BRICS e a ordem global. Essa ascensão tem sido impulsionada principalmente pelo vertiginoso crescimento econômico do país, que sustenta um PIB com tendência a ultrapassar o dos E.U.A. nos próximos anos. Além disso, a China também logrou desenvolver uma indústria pujante e inovadora, que disputa de igual para igual com as grandes empresas transnacionais ocidentais, inclusive no campo tecnológico, a expansão de sua presença nos principais mercados internacionais. Portanto, a consolidação da China como grande motor da economia global, e grande vencedora da globalização, representa um fator-chave para no processo de reconfiguração da ordem global vigente e papel dos BRICS como plataforma de articulação do Sul Global. (Jabbour *et al.*, 2021; King e Goldman, 2006)

Um aspecto importante nessa ascensão da China foi o fato de que o governo chinês buscou, por muitos anos, ter como seu principal foco o crescimento econômico do país; ao passo que buscava manter o país numa rota de ascensão silenciosa e paciente, sem maiores reflexos no campo militar e com uma política externa discreta, sem grandes confrontações – conforme orienta a filosofia confucionista, o jogo Go e visão estratégica de Sun Tzu. Os chineses vislumbravam a consolidação da ascensão da China no longo prazo e, portanto, buscavam evitar, nos curto e médio prazos, embates mais diretos com as potências ocidentais que pudessem pôr em xeque tal estratégia. Na prática, a China vinha se limitando, ao longo dos últimos anos, a defender seus

interesses econômicos e empreender apenas críticas pontuais à ordem internacional vigente – numa espécie de revisionismo soft. (King e Goldman, 2006; Zakaria, 2008)

Nesse sentido, a criação dos BRICS se encaixou perfeitamente nessa estratégia, pois conferia a China uma poderosa plataforma de articulação política e cooperação econômica com outros países emergentes, mas que se apresentava como um fórum de diálogo entre tais países, sem maiores pretensões de desafiar a ordem internacional vigente. Assim, é possível pensar que, para além das vantagens práticas que os BRICS conferiam ao crescimento econômico chinês, o bloco também servia como um fator simbólico de legitimação da estratégia chinesa de ascensão silenciosa e pacífica. Nesse sentido, fazer parte dos BRICS, possibilitava a China se associar a países como Brasil e África do Sul, que vinham acumulando grande prestígio e reconhecimento internacional como países emergentes pacíficos, defensores do multilateralismo e seguidores dos regimes internacionais. Essa associação à essas lideranças regionais representava um ganho de *soft power* para a China e a possibilidade melhor comunicar para a comunidade internacional os aspectos positivos da ascensão chinesa. (Foot *et al.*, 2009; Pimentel, 2013; Zakaria, 2008)

É também verdade que os BRICS representavam uma via alternativa para a expansão da influência econômica e política da China no Sul Global. Em grande medida, o bloco confere a China um importante base de apoio para o reforço de sua crescente presença econômica em diversos países periféricos - como o Brasil; assim como para a implementação de projetos mais amplos, como as novas rotas da seda e arquitetura de um novo sistema financeiro (em contraponto ao ocidental) – que são elementos fundamentais para a consolidação da China como grande potência global. O fato é que o desproporcional peso econômico e político da China dentro dos BRICS – na qualidade de segunda força econômico do mundo, potência nuclear e membro permanente do conselho de segurança da ONU – confere ao país um papel central e muitas vezes dominante dentro do bloco. Essa preponderância chinesa tende a tornar o país o seu principal centro de gravidade; o que acabava levando os outros membros dos BRICS a serem atraídos para a órbita de influência da China e ficarem dependentes de seu poder econômico. (Chin, 2014; Stuenkel, 2015)

Por exemplo, Pecequillo aponta para uma crescente presença econômica da China na América Latina e, mais especificamente no Brasil, desde 2000, principalmente por meio de comércio, investimentos diretos e cooperação em infraestrutura. (Pecequillo, 2013) Não por acaso, atualmente, a China é principal parceiro econômico do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos e respondendo por cerca de 31,28% das exportações brasileiras. (G1, 2022) Além disso, a China é o maior investidor externo direto no Brasil, com cerca de US\$ 254 bilhões investidos. (Lara, 2019) O que leva os BRICS a naturalmente se configurar como uma plataforma de projeção internacional da China e base de sustentação de sua ascensão como potência global. Assim, Pecequillo adverte que esse tipo de relação assimétrica pode gerar no Brasil não apenas uma dependência econômica excessiva, como uma re-primarização da sua economia, que se tornaria excessivamente dependentes da exportação de matérias-primas para a China. (Pecequillo, 2013)

Portanto, embora os BRICS tenham gerado ganhos políticos e econômicos para todos os seus membros e atuem como um vetor significativo de articulação do Sul Global, é essencial reconhecer que o bloco também funciona como um pilar crucial para a afirmação do poder global da China. Gregory Chin (Chin, 2014) observa que a liderança econômica da China dentro dos BRICS é desproporcional, conferindo-lhe uma capacidade de influenciar significativamente as diretrizes e decisões do grupo, muitas vezes orientando-as em direção a seus próprios interesses estratégicos. Ao passo que Oliver Stuenkel (Stuenkel, 2015) argumenta que, embora os BRICS representem uma coalizão de potências emergentes, a participação da China no bloco tem sido instrumental não apenas para fortalecer sua posição como potência global, mas também para reformar a ordem internacional conforme suas prioridades. Um exemplo disso é a iniciativa do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), onde a China desempenhou um papel central na definição das estruturas de financiamento, promovendo projetos que muitas vezes servem a seus interesses estratégicos, como a ampliação de sua influência na Ásia e na África. (Chin 2014; Stuenkel, 2015)

Embora o peso desproporcional da China nos BRICS e sua rápida expansão no Sul Global apresentem desafios significativos, também é crucial reconhecer as oportunidades que essa parceria oferece. A China propõe um modelo de expansão econômica global que se distingue do imperialismo clássico de dominação e exploração total. Essa abordagem é informada por princípios filosóficos do confucionismo e pela própria história milenar da China como o “império do meio”, o que a orienta a buscar relações mais equilibradas e mutuamente benéficas, respeitando as soberanias locais. Dessa forma, a liderança econômica e política da China pode fomentar o crescimento econômico entre os membros do BRICS, aumentar o comércio intra-bloco e fortalecer a projeção internacional dos demais membros do grupo. (Jabbour *et al.*, 2021)

E, apesar de suas ressalvas quanto aos riscos de uma excessiva dependência econômica em relação à China, Cristina Pecequillo também que a crescente presença da China na América Latina, iniciada no início dos anos 2000, tem trazido significativos benefícios econômicos para a região, e especialmente para o Brasil. Ela aponta que a expansão chinesa tem se traduzido em um aumento significativo no comércio bilateral, com a China se tornando um dos principais parceiros comerciais da região. Esse crescimento no comércio tem impulsionado as exportações de commodities, contribuindo para o crescimento econômico de países como o Brasil. Além do fato da China investir diretamente em infraestrutura, o que não só melhora as capacidades logísticas e de transporte, mas também gera empregos e desenvolvimento local. Pecequillo alerta que, para maximizar os benefícios dessa relação, os BRICS, e particularmente o Brasil, precisam adotar estratégias que incluam a diversificação econômica, a inovação tecnológica e uma maior integração regional, de forma a proteger seus interesses nacionais e evitar a dependência excessiva. Essas medidas podem ajudar a transformar os desafios associados ao domínio da China em oportunidades de crescimento e desenvolvimento sustentáveis para todos os membros do bloco. (Pecequillo, 2013)

Um outro importante fato a considerar diz respeito a como o atual cenário de crescente tensão internacional, impulsionado, em grande medida, pela grande indisposição das potências ocidentais em relação a ascensão da China, tem levado a diplomacia chinesa a abandonar o tradicional perfil discreto de sua política externa – que sustentava a sua antiga estratégia de “ascensão pacífica”. (Amaral, 2012) Com isso, a China vem assumindo uma postura mais assertiva na defesa de seus interesses e combativa frente às provocações e ameaça das potências ocidentais. Essa nova postura chinesa tem se refletido, por exemplo, na ampliação dos investimentos militares chineses; na postura mais assertiva do governo chinês contra as posições dos EUA e EU nos fóruns internacionais; no exercício mais efetivo de sua influência internacional; no reforço de sua parceria estratégica com a Rússia; e, principalmente, na resposta direta a qualquer tentativa de interferência ocidental na questão de Taiwan. Esse fato vem acirrando as disputas internacionais e tende a provocar uma reconfiguração do tabuleiro geopolítico global. (Bandeira 2016; Deng 2008; Jabbour *et al.*, 2021)

Essa mudança no posicionamento internacional da China tende a também provocar mudanças no perfil dos BRICS; em função do peso e poder de influência da China dentro do bloco. Portanto, o bloco tende a assumir um perfil mais combativo e anti-hegemônico; de modo a melhor atender aos interesses chineses. Essa nova postura pode ainda ser reforçada pela inclusão do Irã como membro dos BRICS, pelo fato do país ser um importante polo de resistência à presença dos EUA no Oriente Médio e forte aliado da Rússia – que, por sua vez, é o principal aliado geopolítico da China. O problema é que a resposta chinesa a essas pressões externas tende a provocar novas reações das potências ocidentais; o que aprofundaria as tensões entre esses antagônicos blocos de poder e de um contexto internacional cada vez mais inflamado e belicoso. Essas tensões têm o potencial de criar instabilidades no sistema internacional, o que tende a afetar o papel internacional dos BRICS e do próprio Brasil dentro do bloco.

O FATOR CHINA NA “ASCENSÃO DO RESTO” E “DESORDEM MUNDIAL”

É também fundamental considerar o tema em análise a partir de um cenário geopolítico mais amplo, ligado a ascensão da China como grande potência e o declínio relativo dos Estados Unidos como potência hegemônica. E, conseqüentemente, da reconfiguração da ordem global liberal/capitalista estabelecida ao final da Guerra Fria (após a dissolução da URSS em 1991) para uma nova ordem global multipolar, em que novas potências emergentes do Sul Global, impulsionadas pelo exponencial crescimento da China, passam a ocupar espaços de poder no sistema internacional outrora exclusivo das grandes potências ocidentais. Segundo Fareed Zakaria, esse processo - classificado por como “ascensão do resto” - levaria a formação de um mundo “pós-americano”, em que o declínio relativo do poder dos Estados Unidos consolidaria a emergência de um sistema internacional multipolar. (Zakaria, 2008)

O ponto a considerar é que essa transição hegemônica, historicamente, não acontece sem as “dores do parto” de uma nova ordem internacional, fruto do entrelaçamento entre as placas tectônicas dos blocos de poder em ascensão e declínio: uma crise sistêmica caracterizada por

muitos analistas como “Armadilha de Tucídides”⁸. (Allison e Leite, 2020) Nesse processo, o bloco de poder em declínio seria formado pelas potências ocidentais, sob liderança dos Estados Unidos, e, segundo esta lógica, buscaria frear a ascensão do bloco desafiante em ascensão, formado por potências emergentes do Sul Global e liderado pelo eixo China-Rússia. Segundo Moniz Bandeira, essa dinâmica vem gerando um cenário internacional de instabilidade e conflitos, fruto do entrelaço entre a velha ordem ocidental e uma nova multipolar em formação; um processo de instabilidade sistêmica que o autor descreveu como “desordem mundial”, que vem sendo agravada pelo fato da crescente tensão entre esses dois blocos de poder formar uma espécie de “segunda guerra fria”. (Bandeira 2016; 2013)

Bandeira complementa essa análise afirmando que essa “desordem mundial” vem sendo impulsionada pela eclosão de diversas tensões e crises internacionais; caracterizando uma espécie de interregno entre a dissolução da “pax americana” e surgimento de uma nova ordem global. Segundo essa visão, esse é um contexto em que a hegemonia global norte-americana perde sua capacidade de manter o controle e a estabilidade do sistema internacional, levando ao agravamento das disputas internacionais e o surgimento de múltiplos pontos de conflitos (mesmo que, muitas vezes, indiretos) entre grandes potências antagônicas – representadas principalmente pelos Estados Unidos, Reino Unido, U.E., China e Rússia. (Bandeira, 2016) Nesse contexto, os BRICS, ao assumirem um perfil mais anti-hegemônico, tende a se tornar um alvo prioritário das investidas das grandes potências – o que pode gerar grandes desafios para a política externa brasileira, pelo papel estratégico do país no grupo.

É importante considerar que há uma dificuldade de se determinar com precisão se a hegemonia global dos Estados Unidos – e, conseqüentemente, de uma ordem internacional sustentada pelo capitalismo e ideologia liberal – chegou de fato ao fim; um tema exaustivamente debatido, muitas vezes sem consenso, entre especialistas como Paul Kennedy, Emmanuel Todd e Joseph Nye. (Kennedy, 1991; Todd, 2003; Nye, 2011) Contudo, os sinais de um declínio relativo do poder americano têm sido cada vez mais evidentes. Esse declínio tem se expressado, por exemplo, na onda de antiamericanismo que se espalhou pelo mundo após a campanha unilateral e brutal dos EUA na Guerra do Iraque, em 2003 – chamada de “choque e pavor”; perda de controle sobre o Iraque para o Talibã; permanência de Bashar al-Assad na presidência da Síria (com apoio da Rússia), após enfrentar uma guerra civil e a invasão do Estado Islâmico; desastrosa (e humilhante) retirada das tropas americanas do Afeganistão em 2021; maior assertividade do Iran em enfrentar às pressões do Ocidente; e diminuição da influência norte-americana na África, após o governo Trump reduzir os custos da presença global dos EUA. (Bandeira, 2016; Marques, 2022; Pecequilo, 2023)

Em contrapartida, passou a haver, nos últimos anos, um substancial aumento da influência política e, principalmente, econômica da China no continente africano; que passa a formar

⁸ Esse termo se refere à análise de Tucídides sobre como o conflito entre Atenas, uma potência em ascensão, e Esparta, a potência estabelecida, desestabilizou o sistema internacional grego, culminando na Guerra do Peloponeso.

parcerias estratégicas com diversos países africanos e a incluí-los em seu projeto de expansão econômica global – chamado de “novas rotas da seda”. Assim como a Rússia também vem ampliando a sua influência e presença militar na região; atuando inclusive por meio de grupos de mercenários paramilitares – como o Grupo Wagner. (Adegoke, 2024) Por fim, a própria criação dos BRICS e, principalmente, sua expansão – que passa a incluir países estratégicos do Oriente Médio e da África – demonstram o quanto há uma mudança na balança de poder mundial. No qual, não apenas a “ascensão do resto” aponta para a construção de um mundo multipolar, mas que a expansão do poder combinado da China e Rússia – que, inclusive consolidaram uma ampla parceria estratégica, que ambos os governos classificaram como “inabalável” e “sem precedentes” (Ansa, 2022) – levam cada vez mais essas potências emergentes a ocupar os espaços políticos, econômicos e simbólicos em que os Estados Unidos mantinham uma presença massiva. (Bandeira, 2016; Nascimento, 2021)

Nesse sentido, a ascensão da China tem sido um dos maiores desafios à manutenção da hegemonia norte-americana; principalmente porque o imbatível crescimento econômico e industrial chinês vem impulsionando a China a ultrapassar os EUA como principal economia do mundo. (Jabbour *et al.*, 2021) Além disso, a China também passou a competir por espaços de poder simbólico com os EUA, impulsionada pela expansão de suas indústrias culturais, capacidade de inovação tecnológica, indústria 4.0 e nível de consumo e qualidade de vida de sua população. (Pecequilo, 2023) Mais recentemente, essa ascensão também tem desafiado mais abertamente a hegemonia política norte-americana através do crescente abandono da estratégia de “ascensão pacífica” da política externa chinesa (Amaral, 2012), que passa a assumir uma postura mais assertiva e combativa na defesa dos interesses chineses. Como comentado, essa postura tem se expressado, por exemplo, na expansão dos investimentos militares da China e iniciativas mais incisivas contra a influência norte-americana em Taiwan. (Brown, 2021)

Outro grande desafio é o papel da Rússia como aliada estratégica da China e principal contraponto militar ao poder bélico e nuclear dos Estados Unidos. A crescente capacidade da Rússia projetar sua influência internacionalmente, rivalizar com os EUA e desafiar a ordem global liberal é, em grande medida, decorrente da chegada de Vladimir Putin à presidência da Rússia, no ano 2000. Putin logrou reverter a grave crise econômica e política que assolou a Rússia após o colapso da URSS, em 1991, promovendo um amplo processo de reconstrução nacional. Esse processo englobou a retomada do crescimento econômico por meio da exploração de recursos energéticos do país; reafirmação da autoridade política do estado russo, investimos na modernização da sua força militar; e promoção de uma política externa assertiva em prol dos interesses russos. Com isso, a Rússia pôde reafirmar seu poder e influência no cenário internacional; se consolidando como uma potência econômica, política e militar (com um poderoso arsenal nuclear), capaz de disputar espaços de poder com EUA em regiões-chave da geopolítica global – como o Oriente Médio, Leste Europeu e África. (Bandeira, 2016; Zakaria, 2008)

Como contraponto, também há uma tendência de os EUA ampliarem suas iniciativas – nos campos econômico, político e, cada vez mais, militar – para tentar reverter o seu declínio,

contendo a “ascensão do resto”; o que tem levado a um acirramento das instabilidades sistêmicas e tensões internacionais. A disposição norte-americana de querer, por todos os meios (inclusive guerra híbrida), retomar o controle de um jogo geopolítico que passam a não mais ditar as regras sozinhos e disputar espaços de poder com outros atores de peso se expressou, por exemplo, na política externa belicosa dos neoconservadores republicanos – conhecida como “peace through strength” – e identificação, na estratégia de segurança nacional do governo de Donald Trump, da Rússia e China como principais inimigos e ameaças à segurança dos EUA. Esse ímpeto também vem se expressando nas investidas do bloco ocidental, sob comando dos Estados Unidos, de expandir a OTAN para o leste europeu, passando a incorporar inclusive países que faziam parte da URSS, de fronteira direta com a Rússia. (Mars, 2017; Mello, 2022; Bandeira, 2016)

Essa é uma política que remete à velha, e fracassada, estratégia das potências ocidentais de cercamento da URSS; que teve grande expressão durante a Guerra Fria. No século XXI, ela vem se expressando num esforço coordenado dos EUA e UE de contenção da reascensão da Rússia como grande potência. Esse processo vem ganhando contornos mais abertamente agressivos e diretos nos últimos anos, ao passo que as potências ocidentais passam a ampliar as pressões econômicas, iniciativas de desestabilização (através das chamadas “guerras híbridas”) e mesmo as “guerras por procuração” contra governos mais autônomos e pró-Rússia, buscando tirar tais países da zona de influência russa e atraí-los para o sistema de poder ocidental. (Bandeira, 2016; Segrillo, 2024)

Esse é principalmente o caso da Ucrânia. Desde que o país se tornou independente da URSS em 1991, passou por sucessivos processos de desestabilização, que visavam afastar o país da zona de influência da Rússia; expressados em eventos como: a Revolução Laranja, as revoltas do Euromaidan e a recente operação militar especial da Rússia na Ucrânia. Portanto, apesar da guerra Rússia-Ucrânia ter um perfil regional, também tem um caráter de “guerra por procuração”, que se insere num contexto mais amplo de acirramento das investidas do eixo EUA-UE contra a ascensão do eixo China-Rússia (Bandeira, 2016; Pecequilo, 2023) O grande risco é que esse tipo de entrechoque acabe, em algum momento, escalando para uma guerra direta entre grandes potências.

Esse complexo cenário internacional reforça a importância de parcerias estratégicas bilaterais – como a “aliança inabalável” entre Rússia e China –, ou multilaterais – como os BRICS – como bases de apoio dessas potências emergentes contra as investidas do ocidente à “ascensão do resto”. Esse papel foi evidenciado, por exemplo, justamente na guerra da Ucrânia, pois tais parcerias deu condições à Rússia de resistir às pressões e sanções econômicas do Ocidente, que visavam enfraquecer a capacidade russa de manter seu esforço de guerra. Por exemplo, em meio a debandada de empresas ocidentais da Rússia e desligamento do país do sistema financeiro ocidental – em retaliação à sua invasão à Ucrânia –, a massiva entrada de investimentos e empresas da Índia e, principalmente, da China na economia russa (principalmente nos setores energético e financeiro) vem garantindo a sobrevivência econômica e política do país. (Prange,

2023; Wong, 2022) Essas parcerias não apenas vem dando condições à Rússia de resistir às pressões do Ocidente, mas de fortalecer a sua economia em meio ao conflito.

Este cenário revela a crescente importância estratégica do BRICS como um pilar de sustentação para o Sul Global, em meio ao acirramento das tensões globais e às tentativas do Ocidente de conter a “ascensão do resto”. Em grande medida, também dá maior evidência a face anti-hegemônica dos BRICS; decorrente de seu crescente papel como poderosa plataforma de cooperação entre potências emergentes e vetor do redirecionamento do eixo econômico e geopolítico do mundo para o Sul Global. Essas características tendem a serem ampliadas com a recente expansão do grupo, ao incorporar países estratégicos, como Egito e Etiópia; grandes produtores de petróleo, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos; e países como o Irã, que além de grande produtor de petróleo, é também um declarado rival dos EUA e grande aliado militar da Rússia. Portanto, esses fatores tendem a reforçar o antagonismo das potências ocidentais em relação aos BRICS e suas iniciativas para desestabilizar o grupo; o que, por sua vez, tenderá a ampliar as tensões internacionais decorrentes dos entrelaçamentos entre potências declinantes e em ascensão.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Esse complexo e conflituoso cenário internacional tende a impactar a posição e os interesses internacionais do Brasil em função do seu papel como importante liderança do Sul Global; membro fundador dos BRICS; e parceiro estratégico tanto da China quanto da Rússia. Essas características tendem a empurrar o Brasil para um perigoso cabo de guerra entre os dois blocos de poder descritos acima, na medida em que os BRICS passam a assumir um perfil mais anti-hegemônico e desafiador da ordem internacional estabelecida. Nesse sentido, é fundamental refletir sobre as estratégias possíveis para a diplomacia brasileira defender os interesses do Brasil; dando condições ao país de enfrentar os desafios impostos por este turbulento contexto internacional e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades abertas pela “ascensão do resto”.

Um grande limitador da margem de manobra da diplomacia brasileira é a condição estrutural do Brasil: país semiperiférico – conforme classificação de Wallerstein (Wallerstein, 2004) –; em vias de desenvolvimento; localizado na América do Sul; e, principalmente, dentro zona de influência direta dos Estados Unidos. Esses fatores acabaram por relegar o Brasil a uma posição de vulnerabilidade vis-à-vis os interesses norte-americanos; o que, historicamente, sempre representou um forte limitador do desenvolvimento e autonomia internacional do Brasil. Essa relação assimétrica permitiu que os Estados Unidos exercessem grande influência política, econômica, cultural e militar sobre o Brasil – desde, praticamente, a Proclamação da República brasileira – e, muitas vezes, condicionar os próprios rumos do país. Essa influência pode ser percebida, por exemplo, na política da boa vizinhança; no alinhamento automático do governo Dutra aos Estados Unidos; e, principalmente, no golpe de 1964 e subsequente instauração de uma ditadura militar no Brasil. (Bueno e Cervo, 2015)

Por outro lado, governos de inclinação mais desenvolvimentista e progressistas souberam atuar de forma mais pragmática frente a essas restrições estruturais. Esses governos buscaram implementar um modelo de política externa mais autônomo, que visava aproveitar as brechas do sistema internacional e, principalmente, os momentos em que a política externa norte-americana aliviava momentaneamente sua pressão sobre a América Latina, para ampliar a projeção internacional do Brasil. Essa política permitiu que esses governos se afastassem de uma excessiva submissão aos EUA e fossem mais assertivos na defesa dos interesses brasileiros no mundo. (Bueno e Cervo, 2015)

Esse é principalmente o caso do governo Lula que, entre 2003 e 2010, implementou uma estratégia de política externa – chamada de “altiva e ativa” – que foi eficiente em aproveitar as brechas de um contexto internacional mais favorável a uma ação internacional mais autônoma e assertiva do Brasil. Essas brechas decorriam, por um lado, da crise do modelo neoliberal na América Latina, que levou a emergência da chamada “onda rosa” – que englobou a chegada ao poder de vários presidentes progressistas na América do Sul –; dando mais legitimidade e base de apoio regional a tal governo. Por outro, do desvio do foco dos Estados Unidos da América Latina para o Oriente Médio, em função da Guerra do Iraque; o que deu mais margem de manobra para a política externa de Lula. Esse contexto criou as condições para que o governo Lula ampliasse as opções, estratégias e parcerias internacionais do Brasil – principalmente no eixo Sul-Sul –; e, implementasse um novo modelo de inserção internacional para o Brasil, que visava reforçar o seu perfil como *global player* e *global trader*. Esses fatores permitiram que o governo Lula consolidasse parcerias estratégicas com a China e a Rússia e fosse um protagonista na criação dos BRICS. (Bueno e Cervo, 2015; Mares e Trinkunas, 2016; Vigevani e Cepaluni, 2007)

É também interessante comentar que esta janela de oportunidade começou a se fechar ao final do governo Lula; em meio a um cenário internacional de profunda crise econômica e reposicionamento estratégico da política externa norte-americana na América Latina. Curiosamente, esse reposicionamento acontecia num momento em que o Brasil consolidava seu status de potência emergente e importante liderança do Sul Global; descobria as reservas de petróleo na camada Pré-Sal; e consolidava seu papel como ator-chave dos BRICS. Nesse sentido, é possível perceber que, por volta de 2008, passa a haver crescentes sinais de interferência dos Estados Unidos na política brasileira. Esse foram, os casos, por exemplo: da reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, em 2008; da espionagem das comunicações pessoais da presidente Dilma Rousseff e informações estratégicas da Petrobras, feitas pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (revelados, em 2015, pela WikiLeaks); e das trocas de informação e cooperação ilegais dos procuradores da Operação Lava-Jato com o Departamento de Justiça dos EUA, que tinha justamente a Petrobrás como ponto fulcral. (Bandeira, 2016; Feix Vidal e Banzatto, 2021; DW, 2015)

Esses fatos coincidem com eventos marcantes, que mudaram os rumos políticos do Brasil. Como foram os casos do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016 (baseada em falsas acusações e conluio parlamentar); a prisão política e ilegal de Lula, em 2018; e a própria chegada

ao poder de Jair Bolsonaro, em 2018 (um ex-militar de extrema-direita, pró-ditadura e alinhado aos interesses norte-americanos). Esses fatos também podem ser interpretados como ações do governo norte-americano para a desestabilização do Brasil e desconstrução do projeto de desenvolvimento brasileiro, implementado pelo Partido dos Trabalhadores, de modo a conter, ou mesmo reverter, a ascensão do Brasil como potência do Sul Global; algo próximo do que se classifica como guerra híbrida.

Seguindo esta lógica, é razoável supor que, ao passo que se acirram as disputas entre os dois blocos antagônicos, as pressões dos Estados Unidos contra as parcerias do Brasil no Sul Global tendem a aumentar; visando, principalmente, forçá-lo a se afastar do bloco China-Rússia. Nesse caso, a participação do Brasil nos BRICS se configurará, cada vez mais, como um ponto de atrito entre o Brasil e os EUA – principalmente após a recente expansão do grupo. Portanto, se, por um lado, os BRICS representam um poderoso vetor para o desenvolvimento e projeção internacional Brasil. Por outro, também pode representar um risco; na medida em que o Brasil se encontrar numa posição de vulnerabilidade, dentro da zona de influência direta dos EUA. Emblematicamente, durante recente exercício militar no Rio, a general Laura Richardson, chefe do Comando Sul dos EUA, alertou que o Brasil deveria se afastar da China. (Brasil 247, 2024)

Pecequillo aponta que uma via crucial e urgente para o Brasil conseguir resistir a essas pressões externas é por meio do aumento do seu poder militar. (Pecequillo 2023) Essa é uma iniciativa que demandaria maiores investimentos nas forças armadas brasileiras, de modo a ampliar a sua capacidade de defender o país de ameaças externas e assegurar seus interesses externos. A ampliação dos recursos materiais de poder do Brasil complementaria a estratégia seguida pelo governo Lula, entre 2003 e 2010, de sustentar uma inserção internacional mais autônoma e assertiva do país por meio do reforço do *soft power* brasileiro. Apesar dessa política ter trazido importantes ganhos para a projeção internacional brasileira, ela tem seus limites; principalmente no que diz respeito à defesa da soberania do país – algo que só pode ser garantido pelo acúmulo de recursos de *hard power*. Nesse ponto, é interessante lembrar que o próprio Joseph Nye alerta que é um erro os países apostarem somente em recursos de *soft power*; pois, para serem bem-sucedidos, devem combinar seus recursos de *soft* e *hard powers* – uma estratégia que ele chamou de *smart power*. (Nye, 2011)

Uma outra importante via é a diplomática; que apesar de mais lenta e incerta, tem uma relativa eficiência, comprovada historicamente. Felizmente, esse é um campo em que o Brasil tradicionalmente atua com grande habilidade – graças a diplomacia profissional do Itamaraty. (Ricupero, 2017) Contudo, é sempre importante reforçar que a condição geográfica, política e econômica do Brasil tende a limitar a sua margem de manobra neste campo, na medida em que o país se divide entre a influência e o poder dos dois blocos em disputa.

Uma solução interessante para este tipo de dilema foi a chamada “diplomacia do bambu” da Tailândia. De forma pragmática, o país logrou desenvolver uma eficiente estratégia de equilíbrio entre a influência da China e dos Estados Unidos através de uma política externa flexível

e resiliente, que nunca se alinha ou desafia totalmente nenhum dos lados. A concepção filosófica por trás dessa estratégia é que a resiliência do bambu lhe permite resistir às pressões de uma tempestade se dobrando, sem quebrar. (Hu, 2023)

Interessantemente, essa é uma estratégia semelhante à adotada por Getúlio Vargas para defender os interesses brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, em meio à forte pressão e influência que a Alemanha Nazista e Estados Unidos exerciam sobre o Brasil naquele período. Vargas, por meio de uma diplomacia pragmática e pendular, dialogava simultaneamente com ambos os lados, buscando ampliar o seu poder de barganha para extrair vantagens para o Brasil. A decisão final de se aliar aos Estados Unidos garantiu à Vargas a construção de uma indústria de base no Brasil, por meio de capitais norte-americanos. (Bueno e Cervo, 2015)

De forma similar, a política externa “altiva e ativa” de Lula também buscou reforçar o poder de barganha do Brasil por meio da ampliação de suas parcerias estratégicas tanto com os países do Sul como do Norte; posicionando o Brasil como um mediador entre esses dois polos e buscando tirar proveito das suas contradições. E, por mais que essa política tenha dado maior prioridade à expansão das relações do Brasil no eixo Sul-Sul – em função de haver nele um déficit histórico a ser preenchido –, o reforço das relações no eixo Sul-Norte também foi uma preocupação – o que foi implementado com base numa postura mais assertiva na defesa dos interesses brasileiros em suas parcerias estratégicas com as potências ocidentais. Portanto, ao promover uma multiplicidade de opções e parcerias estratégicas para o Brasil, a política “altiva e ativa” foi capaz de contrabalançar a influência das potências ocidentais (e, principalmente, os Estados Unidos) sobre o Brasil, por meio de novas parcerias estratégicas com diversos países emergentes da América Latina, África e Ásia – e, é claro, dos BRICS. Essa estratégia possibilitou que o governo Lula aproveitasse as brechas de um contexto internacional mais favorável a uma ação mais autônoma do Brasil (conforme comentado) para projetar o país como uma importante liderança do Sul Global. (Freitas, 2022; Vigevani e Cepaluni, 2007)

É possível apontar como um desdobramento positivo dessa política a frutífera relação que o governo Lula manteve com os Estados Unidos, Reino Unido e demais países da EU. Essas parcerias estratégicas não apenas trouxeram benefícios políticos e econômicos para o Brasil – que reforçaram o seu prestígio e projeção internacionais –; como também possibilitou que o país se apresentasse como uma ponte entre Norte e Sul Globais. É possível refletir que essa boa relação do Brasil com as potências ocidentais era um fator estratégico que ampliava o seu poder de barganha dentro dos BRICS na medida em que conferia ao país um contraponto externo ao desproporcional peso da China dentro do bloco e uma alternativa a uma excessiva dependência brasileira ao poder econômico chinês. (Freitas, 2022)

Essa política também foi eficiente em tornar o Brasil um ator de peso e liderança do Sul Global, com parcerias estratégicas com vários países em desenvolvimento e economias emergentes; além de membro fundador dos BRICS. Essas relações Sul-Sul representavam uma poderosa via alternativa de cooperação política e econômica, que dava condições ao Brasil de

amenizar sua dependência e atrelamento excessivo às potências ocidentais; ampliando o poder de barganha do Brasil com o Norte. Nesse sentido, fazer parte dos BRICS não apenas reforçava o prestígio e peso internacionais do Brasil; como representava uma poderosa base de sustentação da posição brasileira em suas negociações com os EUA e EU. (Foot *et al.*, 2009)

Portanto, esses exemplos demonstram que o Brasil tem capacidade diplomática de navegar o complexo e conflituoso cenário internacional do século XXI. Esse contexto demanda da diplomacia brasileira grande habilidade para absorver as pressões dos interesses e influência norte-americana na região, buscando as brechas para implementar uma estratégia de inserção internacional que busque avançar os interesses brasileiros; sem despertar desconfianças ou animosidades nos EUA, nem relegar o Brasil a uma excessiva dependência ao poder econômico da China. Nessa estratégia, o Brasil desse manter pragmatismo e assertividade na busca de seus próprios interesses. A boa notícia é que, apesar dos desafios, o terceiro mandato de Lula, iniciado em 2023, traz grandes expectativas acerca da capacidade desse novo governo reeditar o sucesso da política externa “altiva e ativa”.

CONCLUSÃO

O século XXI tem sido palco de um complexo e conflituoso cenário internacional. Nesse contexto, o entrelaçamento entre o bloco ocidental, formado por E.U.A e U.E., que vem enfrentando um declínio relativo; e o bloco formado pelo eixo China-Rússia (em ascensão), vem gerando crescentes e perigosas disputas internacionais. Segundo Bandeira, esse contexto internacional vem levando à emergência de uma “segunda guerra fria” e uma perigosa “desordem mundial”.

O problema debatido neste artigo foi o quanto o surgimento dessa nova ordem, que tende a ser multipolar e ter o Sul Global e, principalmente, os BRICS como epicentro, não acontecerá sem as “dores do parto”. Em outras palavras, os crescentes entrelaçamentos entre a ascensão da China e o relativo declínio das potências ocidentais tendem a desencadear novos conflitos e, mesmo, novas guerras. Esse processo inevitavelmente impactará o Brasil; na medida em que o país semiperiférico e membro fundador dos BRICS não apenas mantém laços e parcerias com ambos os blocos de poder, mas também sofre forte influência deles. Nesse sentido, a posição geográfica do Brasil, dentro da zona de influência direta dos Estados Unidos, representa um grande desafio para a capacidade do país defender sua soberania e interesses externos.

Assim como também é um desafio uma excessiva dependência econômica da China. Como demonstrado, a vertiginosa ascensão da China torna o seu peso desproporcional nos BRICS, levando os outros membros do bloco a gravitar em torno seu poder econômico e político; o que abre o caminho para o país dominar as dinâmicas do bloco e criar relações de dependência com seus demais membros. Esse é um grande desafio para o Brasil, principalmente porque a China já é o principal parceiro comercial do país. Contudo, conforme comentado, o perfil da expansão chinesa, que tende a estabelecer relação de ganha-ganha com seus parceiros, tende a tornar essa relação mais palatável para o Brasil, na medida em que, apesar de já apresentar traços de

dependência, também gera importante benefícios e vantagens para o desenvolvimento do país. Portanto, saber potencializar essas vantagens, mantendo a autonomia e interesses brasileiros é um grande desafio para o Brasil; que demanda grande habilidade política e diplomática.

De modo geral, o imenso peso econômico e geopolítico dos BRICS torna o grupo um ator central dessas novas dinâmicas e disputas internacionais. Esse papel faz do grupo um alvo estratégico da reação das grandes potências ocidentais – principalmente quando se leva em conta a recente expansão dos BRICS e seu crescente perfil anti-hegemônico. Portanto, se por um lado fazer parte dos BRICS traz grandes vantagens para o desenvolvimento e projeção internacional do Brasil; por outro, representa um risco, pois torna o Brasil um alvo das investidas das potências ocidentais contra o grupo. A grande questão é se Brasil terá capacidade e habilidade diplomática de contornar esse dilema, preservando os interesses, autonomia e segurança do país.

Finalmente, o artigo refletiu que um aspecto positivo é que o Brasil tem uma sólida tradição e experiência diplomáticas; que, em muitos momentos de sua história, lhe permitiu atuar com grande eficiência em cenários internacionais complexos e conflituosos, tirando o melhor proveito de suas contradições. Esses foram os casos da diplomacia pragmática e pendular de Vargas durante a Segunda Guerra Mundial; mas, principalmente da política externa “ativa e ativa” do governo Lula, que, entre 2003 e 2010, soube manobrar com grande eficiência entre as oportunidades e desafios de um contexto internacional complexo em prol dos interesses externos do país. Portanto, em face de que um terceiro governo de Lula, e impacto internacional positivo de sua volta ao poder no Brasil, há um renovado otimismo quanto a capacidade da diplomacia brasileira reeditar os sucessos de tais estratégias de política externa; garantindo que o Brasil busque seu próprio caminho, evitando as armadilhas de alianças totais, ou enfrentamentos diretos com qualquer um dos polos, de modo a manter assertividade e pragmatismo na defesa dos interesses brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adegoke, Y. (2024). “Grupo Wagner: como organização mercenária russa conquista terreno na África”. *BBC News Brasil*. 14 de janeiro. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gye534w57o>.

Allison, G. (2017). *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides’s Trap?* Boston (Mass.): Houghton Mifflin.

Allison, G.; Leite, C. de A. (2020). *A caminho da guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?* 1ª edição. Intrínseca.

Amaral, G. G do. (2012). “A ‘ascensão pacífica’ na evolução da diplomacia chinesa nas últimas décadas”. *Revista Aurora* 6(1): 71–94. <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2012.v6n1.2719>.

Ansa. (2022). “Rússia e China anunciam aliança ‘inabalável’ e ‘sem precedentes’”. *iG*. 4 de fevereiro. <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2022-02-04/russia-china-alianca--inabalavel--sem-precedentes-.html>.

- Armijo, L. E. (2007). "The Brics Countries (Brazil, Russia, India, and China) as Analytical Category: Mirage or Insight?" *Asian Perspective* 31(4): 7–42.
- Ayres, A. (2017). "How the BRICS Got Here | Council on Foreign Relations". <https://www.cfr.org/expert-brief/how-brics-got-here>.
- Azevedo, D. et al. (2024). "An Evolving BRICS and the Shifting World Order". *BCG Global*. 19 de abril. <https://www.bcg.com/publications/2024/brics-enlargement-and-shifting-world-order>.
- Bandeira, L. A. M. (2013). *A segunda guerra fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bandeira, L. A. M. (2016). *A desordem mundial*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Barros, O. (2023). "A expansão do Brics e os interesses do Brasil". *Correio Braziliense*. 2023. <https://www.correio braziliense.com.br/opiniaio/2023/08/5120990-artigo-a-expansao-do-brics-e-os-interesses-do-brasil.html>.
- BBC. (2020). *India-China Dispute: The Border Row Explained in 400 Words*. 16 de junho. <https://www.bbc.com/news/world-asia-53062484>.
- Brasil 247. (2024). *General dos EUA reforça pressão para que o Brasil se distancie da China*. 24 de maio. <https://www.brasil247.com/economia/general-dos-eua-reforca-pressao-para-que-o-brasil-se-distancie-da-china>.
- Brown, D. (2021). "Como a China tem expandido seu poderio militar; entenda em 4 gráficos". *BBC News Brasil*. 24 de dezembro. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59759795>.
- Bueno, C.; Cervo, A. L. (2015). *História da Política Exterior do Brasil*. 5ª ed. Brasília, DF: UNB.
- Busch, A. (2023). "Brics: contraponto ao G7, mas sem dar poder a novos membros". *dw.com*. <https://www.dw.com/pt-br/brics-querem-ser-contraponto-ao-ocidente-expandir-mas-sem-dividir-poder-com-novos-membros/a-66616609>.
- Carneiro, R. (2014). "Banco e fundo dos BRICs x Bretton Woods". *Brasil Debate*. <https://brasildebate.com.br/banco-e-fundo-dos-brics-x-bretton-woods/>.
- Carvalho, P. N. de; Silva, R. R. M. da; Dias, G. (2020). "O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS: uma análise dos seus objetivos, inovações e o financiamento de energias renováveis". *Sul Global: Revista do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ* 1(2): 172–207.
- Chatterjee, M.; Naka, I. (2022). "Twenty years of BRICS: political and economic transformations through the lens of land". *Oxford Development Studies* 50(1): 2–13. <https://doi.org/10.1080/13600818.2022.2033191>.
- Chin, G. T. (2014). "The BRICS-Led Development Bank: Purpose and Politics beyond the G20". *Global Policy* 5 (3): 366–73. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12167>.
- Cox, R. W. (1983). "Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method". *Millennium: Journal of International Studies* 12(2): 162–75. <https://doi.org/10.1177/03058298830120020701>.
- Deng, Y. (2008). *China's Struggle for Status: The Realignment of International Relations*. 1st edition. Cambridge England; New York: Cambridge University Press.

- DW.com (2015). "WikiLeaks: EUA espionaram Dilma e ministros brasileiros". <https://www.dw.com/pt-br/wikileaks-eua-espionaram-dilma-e-ministros-brasileiros/a-18561907>.
- Feix Vidal, C.; Banzatto, A. (2021). "Operação Lava-Jato e a atuação dos Estados Unidos". *OPEU* (blog). 8 de junho. <https://www.opeu.org.br/2021/06/08/operacao-lava-jato-e-a-atuacao-dos-estados-unidos/>.
- Foot, R. et al. (2009). *Os Brics e a Ordem Global*. 1ª edição. Rio de Janeiro, Brazil: FGV.
- Freitas, M. de S. (2022). *The symbolic dimension of the Brazil-UK strategic partnership: aspects of Lula's foreign policy and its cultural diplomacy strategies*. Aberystwyth: Aberystwyth University.
- G1. (2022). "Balança comercial: veja ranking dos principais parceiros do Brasil em 2021". *G1*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/04/balanca-comercial-veja-ranking-dos-principais-parceiros-do-brasil-em-2021.ghtml>.
- Garcia, A. (2023). "A expansão dos BRICS". *Latinoamérica 21*. 8 de setembro. <https://latinoamerica21.com/pt-br/a-expansao-dos-brics/>.
- Garcia-Herrero, A. (2024). "China Continues to Dominate an Expanded BRICS". *East Asia Forum*. 12 de abril. <https://eastasiaforum.org/2024/04/12/china-continues-to-dominate-an-expanded-brics/>.
- Gonzalez de Souza, E. et al. (2023). "Expansão do BRICS: complexidade e pontos de divergências". *Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil* (blog). <https://opeb.org/2023/08/08/expansao-do-brics-complexidade-e-pontos-de-divergencias/>.
- Hu, D. (2023). "The Bamboo Breaks: Thailand's Diplomatic Challenge". *Asialink*. 12 de outubro. <https://asialink.unimelb.edu.au/insights/the-bamboo-breaks-thailands-diplomatic-challenge>.
- Ipea. (2014). *Conheça os BRICS*. <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>.
- Jabbour, E. et al. (2021). *China: o Socialismo do Século XXI*. 1ª edição. São Paulo, SP: Boitempo Editorial.
- Kennedy, P. (1991). *Ascensão e Queda Das Grandes Potências*. 5ª ed. RJ: Campus/Elsevier.
- King, J.; Goldman, M. (2006). *China: uma Nova História*. 1ª edição. L&PM.
- Klomegah, K. K. (2024). "Exploring BRICS Expansion and India's Role on Global Economic Landscape". *Modern Diplomacy*. 17 de março. <https://moderndiplomacy.eu/2024/03/17/exploring-brics-expansion-and-indias-role-on-global-economic-landscape/>.
- Lara, R. (2019). "Por que o comércio com a China é tão importante para o Brasil". *Suno Notícias*. 12 de outubro. <https://www.suno.com.br/noticias/china-continuara-relacoes-comerciais-brasil/>.
- Lopes, R. (2019). "Brics: nova divisão internacional do trabalho nasce dos escombros de Bretton Woods". *Brasil 247*. <https://www.brasil247.com/blog/brics-nova-divisao-internacional-do-trabalho-nasce-dos-escombros-de-bretton-woods>.
- Mares, D. R.; Trinkunas, H. A. (2016). *Aspirational Power: Brazil on the Long Road to Global Influence*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

- Marques, C. (2022). "EUA-África: Washington 'negligenciou presença no continente' – DW". *DW.com*. 13 de dezembro. <https://www.dw.com/pt-002/eua-%C3%A1frica-washington-negligenciou-presen%C3%A7a-no-continente/a-64082891>.
- Mars, A. (2017). "Trump resgata Guerra Fria e aponta Rússia e China como ameaças à prosperidade dos EUA". *El País Brasil*. 19 de dezembro. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/18/internacional/1513617508_060136.html.
- Mello, I. (2022). "Como a expansão da Otan levou à guerra da Rússia contra Ucrânia". *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/02/26/como-a-expansao-da-otan-levou-a-guerra-da-russia-contra-ucrania.htm>.
- Nascimento, M. C. do. (2021). *A nova rota da seda: interpretações sobre a ascensão da China para o Capitalismo Global*. Brasil: UFBA.
- Nye, J. S. (2011). *The Future of Power*. New York: PublicAffairs.
- O'Neill, J. (2001). *Building Better Global Economic BRICs*. New York: Goldman Sachs.
- Pecequilo, C. S. (2023). *A reconfiguração do poder global em tempos de crise*. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books.
- Pecequilo, C. S. (2013). "A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China". *Carta Internacional* 8(2): 100–115.
- Planalto (2023). *História do BRICS*. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>.
- Pimentel, J. V. de Sá, org. (2013). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. 2. ed. Coleção Eventos. Brasília: FUNAG.
- Prange, A. (2023). "Como a guerra na Ucrânia aproxima ainda mais Rússia e Índia". *Dw.com*. <https://www.dw.com/pt-br/como-a-guerra-na-ucr%C3%A2nia-aproxima-ainda-mais-r%C3%BAssia-e-%C3%ADndia/a-64887548>.
- Prazeres, L. (2023). "Expansão do Brics: bloco anuncia 6 novos membros". *BBC News Brasil*. 2023. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gz5nzlny5o>.
- Ricupero, R. (2017). *A Diplomacia na Construção do Brasil: 1750-2016*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Versal.
- Sá, R. M. R. de. (2021). "A Atuação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS no Enfrentamento da Pandemia de Covid-19". *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil*, novembro, e58900–e58900. <https://doi.org/10.12957/neiba.2021.58900>.
- Segrillo, A. (2024). "A expansão da Otan e a Rússia: desvelando uma 'unlove story' do pós-Guerra Fria à luz de fontes primárias". *Tempo*, 30(1). <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2024v300110>.
- Soares, I. (2023). "Ampliado, Brics terá 36% do PIB global". *Correio Braziliense*. <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/08/5119834-ampliado-brics-tera-36-do-pib-global.html>.
- Stuenkel, O. (2015). *The BRICS and the Future of Global Order*. Lanham (Ma.): Lexington Books.
- Todd, E. (2003). *Depois Do Império*. Record.

Vigevani, T.; Cepaluni, G. (2007). “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”. *Contexto Internacional* 29 (2): 273–335.

Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis: An Introduction*. Kindle Ed. Durham and London: Duke University Press.

Wong, T. (2022). “Quais são os interesses da China no conflito entre Rússia e Ucrânia?” *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60266969>.

Wong, T. (2023). “Os dois lados da estratégia da China para tentar se tornar a maior potência global”. *BBC News Brasil*. 22 de abril. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3g5gg8375do>.

YouTube: TV 247. (2019). *Pepe Escobar entrevista Celso Amorim na TV 247*. 24 de janeiro. <https://www.youtube.com/watch?v=oYkTZevqKqY&t=324s>.

Zakaria, F. (2008). *O Mundo Pós-Americano*. 1ª edição. Companhia das Letras.